



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 1518

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2020**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS														
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ¹	1.141.247.227,12	1.145.344.587,59	1.227.623.772,22	1.352.904.420,26	1.088.823.344,64	1.111.786.660,08	1.141.901.249,82	1.153.469.727,63	1.130.539.353,53	1.115.700.264,51	1.249.453.998,88	1.222.013.252,97	14.080.807.859,25	7.628.674,42	
Pessoal Ativo	640.138.853,93	642.944.413,08	718.319.243,78	849.914.707,36	580.373.793,53	597.240.196,36	630.761.093,38	630.370.090,91	616.390.734,31	611.500.914,66	656.315.814,81	645.438.589,18	7.819.708.445,29	3.513.115,60	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	525.483.381,20	528.655.867,94	600.537.365,27	730.312.101,46	492.250.170,42	506.146.335,91	538.789.874,45	536.432.860,36	526.026.286,28	525.311.934,08	563.983.980,08	553.764.697,26	6.627.694.854,71	3.449.607,12	
Obrigações Patronais	113.651.225,71	113.397.750,80	117.014.334,86	119.017.350,84	87.566.848,94	91.093.860,45	91.970.726,04	93.937.140,79	90.364.448,03	86.188.980,58	92.331.834,73	91.673.891,92	1.188.208.393,69	63.508,48	
Benefícios Previdenciários	1.004.247,02	890.794,34	767.543,65	585.255,06	556.774,17	0,00	492,89	89,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.805.196,89	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	496.680.613,78	498.592.039,25	501.605.298,61	498.326.302,55	508.449.551,11	510.390.744,42	507.338.009,42	519.971.417,44	509.933.773,28	500.501.983,53	588.972.168,77	572.176.636,14	6.212.938.538,30	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	425.561.596,78	427.495.890,45	430.373.254,33	426.977.083,55	437.185.124,39	438.830.198,61	435.352.825,57	448.112.888,36	438.338.889,99	431.706.346,07	512.542.028,27	499.673.795,89	5.352.149.922,26	0,00	
Pensões	71.119.017,00	71.096.148,80	71.232.044,28	71.349.219,00	71.264.426,72	71.560.545,81	71.985.183,85	71.858.529,08	71.594.883,29	68.795.637,46	76.430.140,50	72.502.840,25	860.788.616,04	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.427.759,41	3.808.135,26	7.699.229,83	4.663.410,35	0,00	4.155.719,30	3.802.147,02	3.128.219,28	4.214.845,94	3.697.366,32	4.166.015,30	4.398.027,65	48.160.875,66	4.115.558,82	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	191.089.074,27	188.868.266,41	263.677.071,68	370.000.662,57	143.745.353,89	139.707.659,10	141.863.801,24	167.922.289,98	146.314.941,07	140.470.873,86	250.917.421,04	229.150.333,01	2.373.727.748,12	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.139.135,86	6.705.581,86	5.952.559,61	52.369.475,82	4.586.722,03	5.213.737,67	4.630.553,76	4.641.494,39	6.436.596,56	5.510.091,95	5.433.750,41	7.324.752,56	114.944.452,48	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.713.845,36	3.823.661,07	72.471.650,80	130.214.533,14	10.525.067,65	10.256.602,67	6.043.026,27	19.309.034,98	4.183.265,84	3.470.755,51	88.472.905,69	72.805.507,18	427.289.856,16	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração ²	4.417.507,89	3.756.638,41	3.558.793,65	4.303.379,69	776.638,36	721.226,50	679.936,73	0,00	-194.474,78	275,37	1.821,23	0,00	18.021.743,05	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ³	174.818.585,16	174.582.385,07	181.694.067,62	183.113.273,92	127.856.925,85	123.516.092,26	130.510.284,48	143.971.760,61	135.889.553,45	131.489.751,03	157.008.943,71	149.020.073,27	1.813.471.696,43	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	950.158.152,85	956.476.321,18	963.946.700,54	982.903.757,69	945.077.990,75	972.079.000,98	1.000.037.448,58	985.547.437,65	984.224.412,46	975.229.390,65	998.536.577,84	992.862.919,96	11.707.080.111,13	7.628.674,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													25.893.150.056,62	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) ³													26.777.627,00	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) ³													24.073.077,00	-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													25.842.299.352,62	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													11.714.708.785,55	45,33%	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													12.662.726.682,78	49,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													12.029.590.348,64	46,55%	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													11.396.454.014,51	44,10%	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEP/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

² Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita X.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e X.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

³ Inclusão das despesas com os Serventários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

⁴ Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59.00 - Pensões Especiais, referente as seguintes rubricas da folha de pagamento: 01-0006-01 - VENC PENSIONISTA; 01-1106-01 - PENSÃO MILITAR ESPECIAL; 01-1306-01 - PENSÃO SENTENÇA JUDICIAL; 01-1406-01 - PENSÃO VIUVA EX-PARLAMENTAR; 01-1506-01 - PENSÃO VIUVAS DE JUIZ DE PAZ; 01-1606-01 - PENSÃO VIUVAS EX-GOVERNADORES; 01-7006-01 - PENSÃO EX SERVIDOR NAO ESTAVEL; 01-8006-01 - PENSÃO EX-SERV NAO CONTR IPESC, relativas ao órgão SIGRH "Administração dos Pensionistas". No mês de maio foi deduzido o valor de R\$ 4.420,88, incluído indevidamente nos meses de janeiro a abril, relativo ao órgão Cohab.

⁵ No mês de abril foram incluídas despesas não empenhadas referente à provisão de férias no valor de R\$ 11.548.766,61, conforme dados extraídos do relatório SIGEP Imprimir Arquivo Férias por Competência. Nos meses de abril a agosto foram incluídos R\$ 7.906.693,27 de despesas sem empenho referentes a valores retroativos devidos, conforme processo SEF 3495/2020. No mês de agosto foram deduzidas as despesas inseridas no mês de abril referentes à provisão de férias em virtude do empenhamento da despesa.

⁶ Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas neste demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPADESC - Fundo Financeiro.

⁷ No mês de agosto foi deduzido o valor de R\$ 194.552,31 referente ao valor lançando a mais como dedução nos meses de setembro a dezembro de 2019 referente às despesas de exercícios anteriores de pessoal requisitados e/ou cedidos (31909296 e 31919296). Esta dedução foi feita em duplicidade, pois também foi deduzido na despesa bruta pelo registro da receita de ressarcimento.

⁸ Referem-se as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS/SC.

⁹ Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada são obtidas por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada. No mês de abril de 2020 foram lançados R\$ 12.915.227,00 no site da STN, no entanto, foram registradas como receita corrente pelo Estado apenas R\$ 3.035.227,00 no Fundo Estadual de Saúde (FES). A diferença foi contabilizada pelo FES no mês de maio de 2020. Dessa forma, foram deduzidos apenas os valores contabilizados em abril somados aos valores lançados anteriormente dentro do período de apuração.

Florianópolis, 22 de setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.192.973.232,43	24.452.167.710,62	24.111.718.020,25	
Dívida Mobiliária	-	-	-	
Dívida Contratual	20.436.629.245,36	21.819.259.233,06	21.811.029.683,94	
Empréstimos	9.966.574.126,51	11.333.212.825,30	11.224.027.506,67	
Internos	6.803.337.120,64	7.183.832.464,33	7.378.274.138,60	
Externos	3.163.237.005,87	4.149.380.369,97	3.845.753.368,07	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.895.068.968,51	9.923.664.448,11	10.040.286.948,89	
Financiamentos	8.865.957,12	7.055.557,04	5.158.732,20	
Internos	8.865.957,12	7.055.557,04	5.158.732,20	
Externos	-	-	-	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	566.120.193,22	555.326.402,61	541.556.496,18	
De Tributos	-	-	-	
De Contribuições Previdenciárias	308.989.185,65	303.436.300,26	295.716.563,98	
De Demais Contribuições Sociais	257.131.007,57	251.890.102,35	245.839.932,20	
Do FGTS	-	-	-	
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos ¹	2.251.849.354,22	2.157.831.606,25	1.874.774.660,59	
Outras Dívidas	504.494.632,85	475.076.871,31	425.913.675,72	
DEDUÇÕES (II)	3.046.073.829,93	4.110.361.924,09	5.276.852.570,53	
Disponibilidade de Caixa ²	2.752.318.131,13	3.843.234.597,43	5.021.852.095,26	
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.218.681.094,76	4.024.792.202,80	5.122.202.543,08	
(-) Restos a Pagar Processados	466.362.963,63	181.557.605,37	100.350.447,82	
Demais Haveres Financeiros	293.755.698,80	267.127.326,66	255.000.475,27	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	20.146.899.402,50	20.341.805.786,53	18.834.865.449,72	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.092.129.460,15	25.228.498.746,71	25.893.150.056,62	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	-	16.897.627,00	26.777.627,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	25.092.129.460,15	25.211.601.119,71	25.866.372.429,62	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	92,43	96,99	93,22	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	80,29	80,68	72,82	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	50.184.258.920,30	50.423.202.239,42	51.732.744.859,24	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	45.165.833.028,27	45.380.882.015,48	46.559.470.373,32	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ³	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL ⁴	158.880.683.455,78	158.880.683.455,78	158.880.683.455,78	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	-	-	-	-
RP NÃO PROCESSADOS	773.432.889,24	12.013.839,33	8.085.694,01	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	575.381.589,41	720.539.225,35	720.539.225,35	

Fonte: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ O saldo dos precatórios a pagar do primeiro quadrimestre corresponde ao valor informado pelo Tribunal de Justiça, conforme processo SEF 4399/2020, pois o lançamento contábil foi regularizado em julho.

² Na Disponibilidade de Caixa e Demais Haveres Financeiros foram excluídos os valores vinculados ao RPPS/SC. O RPPS/SC é regulamentado pela Lei Complementar estadual nº 412/2018, a qual regulamenta que a unidade gestora do RPPS e o IPREV (unidades gestoras do SIGEF 470022) e constitui o Fundo Financeiro (unidade gestora do SIGEF 470076) como unidade orçamentária de sua unidade gestora, destinado ao pagamento de benefícios previdenciários. Além disso, são excluídos os depósitos de terceiros, tais como cauções e fianças.

³ Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios".

⁴ O Passivo Atuarial de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 era composto pelo Deficit Atuarial registrado nas contas 2.2.7.2.1.01.07 e 2.2.7.2.1.02.06 e pelo valor da Provisão Matemática registrado na conta 2.2.7.2 do Balanete Consolidado. A partir de julho de 2020 o Passivo Atuarial corresponde ao saldo da conta 2.2.7.2 Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo.

Florianópolis, 22 setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) ¹	995.613.214,62	1.109.150.769,06	1.310.168.258,67	-
Em Operações de Crédito Externas	820.749.111,73	934.790.005,79	1.034.834.689,49	-
Em Operações de Crédito Internas	174.864.102,89	174.360.763,27	275.333.569,18	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	995.613.214,62	1.109.150.769,06	1.310.168.258,67	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	25.092.129.460,15	25.228.498.746,71	25.893.150.056,62	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	-	16.897.627,00	26.777.627,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	25.092.129.460,15	25.211.601.119,71	25.866.372.429,62	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	3,97%	4,40%	5,06%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%) sobre a RCL	5.520.268.481,23	5.546.552.246,34	5.690.601.934,52	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	4.968.241.633,11	4.991.897.021,70	5.121.541.741,06	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	1.106.867.758,99	1.220.908.653,05	1.320.953.336,75	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	820.749.111,73	934.790.005,79	1.034.834.689,49	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.106.867.758,99	1.220.908.653,05	1.320.953.336,75	-
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ O valor das garantias concedidas foram atualizados com base nas amortizações feitas, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais.

O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

Assinou, também, um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Além disso, o Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U\$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

Florianópolis, 22 de setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	120.464.572,13	120.464.572,13
Interna	120.464.572,13	120.464.572,13
Empréstimos	106.166.875,98	106.166.875,98
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (I)	14.297.696,15	14.297.696,15
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação ¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	120.464.572,13	120.464.572,13

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	25.893.150.056,62	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§1, art. 166-A da CF) (V)	26.777.627,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	25.866.372.429,62	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VII)= (IIa + VII - Ia - IIa)	106.166.875,98	0,41%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.138.619.588,74	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	3.724.757.629,87	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.810.646.070,07	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito. O valor informado corresponde ao recebimento do subcrédito A - Proinveste do contrao BNDES - CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO autorizado pelas Lei 15.830/12 e 15.82/2012, contabilizados na natureza de receita 2119001101 – BNDES – Programa Caminhos do Desenvolvimento Lei 15.830 e 15.882/2012 e identificados no relatório SIGEF Resumo dos Recebimentos e Pagamentos dos Empréstimos da Dívida Pública, no módulo de Gestão da Dívida Pública.

Florianópolis, 22 de setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	25.893.150.056,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	25.866.372.429,62
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	25.842.299.352,62

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.714.708.785,55	45,33
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	12.662.726.682,78	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	12.029.590.348,64	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.396.454.014,51	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	18.834.865.449,72	72,82
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	51.732.744.859,24	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.310.168.258,67	5,06
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.690.601.934,52	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	106.166.875,98	0,41
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	4.138.619.588,74	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.810.646.070,07	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: Anexos do RGF - 2º Quadrimestre 2020 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 22 de setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO